

2012

Documento informativo



Estudo econômico da América Latina e do Caribe

As políticas ante as adversidades
da economia internacional



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

2012

Documento informativo



Estudo econômico da América Latina e do Caribe

As políticas ante as adversidades
da economia internacional



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

Alicia Bárcena
Secretária-Executiva

Antonio Prado
Secretário-Executivo Adjunto

Juan Alberto Fuentes
Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico

Ricardo Pérez
Diretor da Divisão de Documentos e Publicações

www.cepal.org/de

O *Estudo econômico da América Latina e Caribe* é um documento anual da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A elaboração da presente edição, que corresponde ao ano de 2012, esteve chefiada por Juan Alberto Fuentes, Diretor da Divisão, enquanto a coordenação esteve a cargo de Jürgen Weller.

Nesta edição, a Divisão de Desenvolvimento Econômico contou com a colaboração da Divisão de Estatística, da Divisão de Financiamento para o Desenvolvimento, das sedes sub-regionais da CEPAL no México, D.F. e Port of Spain, e dos escritórios nacionais da Comissão em Bogotá, Brasília, Buenos Aires, Montevidéu e Washington, D.C.

O primeiro capítulo, sobre informe macroeconômico, foi elaborado por Juan Alberto Fuentes, com insumos preparados por Rodrigo Cárcamo, Cameron Daneshvar, Luis Felipe Jiménez, Sandra Manuelito, Ricardo Martner, Ramón Pineda, Andrea Podestá e Jürgen Weller. O segundo capítulo, sobre as políticas da América Latina e do Caribe ante as adversidades da economia internacional (2008-2012), foi preparado por Juan Alberto Fuentes com insumos de Vianka Aliaga, Fernando Cantú, Rodrigo Cárcamo, Juan Pablo Jiménez, Luis Felipe Jiménez, Cornelia Kaldewei, Sandra Manuelito, Ramón Pineda, Andrea Podestá e Jürgen Weller. O terceiro capítulo, sobre o investimento e a poupança na América Latina e no Caribe: fatos estilizados, foi escrito por Sandra Manuelito, Luis Felipe Jiménez, Juan Alberto Fuentes e Ricardo Martner, utilizando material preparado pelo consultor Jorge Carvajal. O quarto capítulo, sobre o papel da arquitetura financeira regional frente às adversidades da economia internacional, foi preparado, com base em um trabalho do consultor José Antonio Ocampo, por Rodrigo Cárcamo, Esteban Pérez, Ramón Pineda e Daniel Titelman, que também utilizaram material escrito pelo consultor José Nogueira.

O processamento e a apresentação da informação estatística estiveram a cargo de Alejandra Acevedo, Vianka Aliaga, Seung-Jin Baek, Leandro Cabello, Jazmín Chiu, Georgina Cipoletta, Ivonne González e Benjamin Rae.

Notas

En los cuadros de la presente publicación se han empleado los siguientes signos:

Tres puntos (...) indican que los datos faltan, no constan por separado o no están disponibles.

Una raya (-) indica que la cantidad es nula o despreciable.

La coma (,) se usa para separar los decimales.

La palabra "dólares" se refiere a dólares de los Estados Unidos, salvo cuando se indique lo contrario.

APRESENTAÇÃO

O volume número 64 do Estudo Econômico consta de quatro capítulos. No primeiro se revisa a evolução econômica da América Latina e do Caribe no primeiro semestre de 2012, no contexto de uma desaceleração do crescimento mundial e de uma elevada incerteza quanto às perspectivas de suas maiores economias. Este contexto incidiu numa moderada redução da expansão da atividade em nível regional, sobretudo por meio do canal comercial. Em geral, o consumo dos domicílios tem sido o principal componente que manteve algum dinamismo da demanda, enquanto um maior investimento ou um aporte positivo das exportações líquidas incidiram em que as economias de vários países continuassem crescendo com taxas elevadas. No capítulo também se revisa como as políticas macroeconômicas se adaptaram a este entorno desfavorável e trataram de ampliar os espaços para políticas orientadas a enfrentar um contexto externo que poderia vir a piorar ainda mais.

No segundo capítulo se analisam as políticas econômicas aplicadas nos países da região no contexto de três situações de adversidade externa, a alta de preços dos alimentos e combustíveis em 2008, a crise financeira mundial, que teve suas maiores conseqüências entre setembro de 2008 e fins de 2009, e a incerteza internacional e a desaceleração do crescimento econômico mundial a partir do segundo semestre de 2011. Mostra-se como a região desenvolveu a capacidade de responder aos diferentes desafios derivados destas situações, embora os espaços para as políticas variem significativamente entre os países.

Um fator-chave para alcançar um crescimento elevado e sustentável e reduzir as vulnerabilidades frente a um contexto externo adverso é o investimento. No terceiro capítulo se revisa a evolução do investimento regional num longo prazo. Para isso se diferenciam seus componentes e se analisa a evolução da poupança para seu financiamento.

As situações de adversidade recente têm destacado não só a necessidade de formular políticas adequadas em nível nacional para enfrentá-las, mas também a importância de fortalecer a capacidade de respostas em nível regional. No quarto capítulo se analisam os desafios e os avanços em quatro áreas relevantes: a resposta contracíclica dos bancos regionais de desenvolvimento, os novos instrumentos para facilitar o comércio intrarregional, as modificações no Fundo de Reserva Regional, e a criação ou o fortalecimento de instâncias de cooperação para o intercâmbio de informação e a formulação de diretrizes compartilhadas por parte de autoridades monetárias ou de finanças públicas.

RESUMO EXECUTIVO

I. A EVOLUÇÃO MACROECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE EM 2012

Persiste a incerteza no âmbito internacional

Durante o primeiro semestre de 2012, prosseguiu a desaceleração do crescimento econômico da América Latina e do Caribe que se havia registrado no ano anterior; com base nisso, a CEPAL projeta uma expansão de 3,2% da atividade econômica para o total do ano. O consumo privado foi o principal motor do crescimento, graças à favorável evolução dos mercados laborais e da expansão do crédito e, em alguns casos, das remessas. Em vários países, o dinamismo do investimento, sobretudo na área da construção, e as exportações líquidas incidiram na moderação da desaceleração. No entanto, em geral, o comércio exterior tem sido o principal canal pelo qual a debilidade da economia mundial influenciou no desempenho econômico da América Latina e do Caribe, e houve uma tendência à diminuição dos preços da maioria dos principais bens básicos de exportação da região e um mercado esfriamento da demanda externa, sobretudo da Europa e da Ásia. Na maioria dos países, os termos de troca estão se deteriorando e o déficit da conta corrente do balanço de pagamentos vem se ampliando, ainda que moderadamente.

Por outro lado, a região não perdeu o acesso aos mercados financeiros internacionais, o que tem permitido que o déficit seja financiado sem problemas e que as reservas monetárias internacionais continuem em aumento. O nível destas reservas, a leve melhora dos resultados fiscais na maioria dos países e os espaços para efetuar reduções das taxas de juros em um contexto de taxas de inflação relativamente baixas demonstram alguma capacidade dos países da região para enfrentar uma possível piora do contexto externo.

O desempenho econômico da América Latina e do Caribe em 2012 e em 2013 está sujeito, em grande parte, à forma que adotem os processos de ajuste dos países desenvolvidos e à desaceleração da China, mas também dependerá da capacidade de resposta da região. Os processos de ajuste dos países desenvolvidos estariam se refletindo, com distinto grau, numa política fiscal restritiva e numa política monetária que se tem afrouxado, junto com processos graduais de desalavancagem de bancos, famílias e empresas que avançaram mais nos Estados Unidos do que na União Europeia. A prolongação destes ajustes, que depende em boa parte de processos políticos incertos, já teve três efeitos que poderiam continuar no futuro.

Primeiro, estaria contribuindo a manter a instabilidade e a percepção de riscos nos mercados financeiros internacionais. Segundo, reduziria a demanda agregada e o comércio mundial, que se tornou o principal canal de transmissão da crise da zona do euro à América Latina e ao Caribe. As dificuldades para chegar a um acordo sobre a trajetória da consolidação fiscal e da cooperação no âmbito bancário e financeiro na União Europeia estenderiam a duração da etapa de contração da demanda agregada nessa região, já refletida em menores importações procedentes de outras regiões, incluindo a América Latina e o Caribe. No caso dos Estados Unidos, um ajuste fiscal equivalente a quase 5% do PIB, mais severo do que o atual (equivalente a cerca de 2,5% do PIB por ano), resultado de um desacordo legislativo não resolvido, poderia contribuir ainda mais à contração da demanda agregada e do comércio mundial. Terceiro, o afrouxamento da política monetária favorecerá uma apreciação das moedas das economias emergentes e em desenvolvimento, o que poderia afetar ainda mais suas exportações e favorecer suas importações.

O cenário no qual se baseiam as projeções de crescimento da América Latina e do Caribe para 2012 e 2013 supõe que os processos políticos na União Europeia e nos Estados Unidos poderão evitar uma intensificação do ajuste fiscal e dos problemas de endividamento de governos, bancos, empresas e famílias, e que evitarão uma continuação prolongada da contração da demanda agregada e do comércio mundial. Este cenário implicaria, por um lado, que se pode evitar um ajuste fiscal severo nos Estados Unidos e, por outro, que os países da zona do euro cheguem a um acordo —de implementação gradual— sobre a cooperação no âmbito bancário e financeiro e sobre uma trajetória menos acelerada, mas não menos categórica, de consolidação fiscal. Também supõe que as perspectivas mais negativas do petróleo, sujeito a riscos de natureza geopolítica no Oriente Médio, não se cumpriram.

O cenário de base implica perspectivas diferenciadas na América Latina e no Caribe, mas também supõe uma capacidade de resposta da região, especialmente nos países com maior espaço fiscal disponível. Primeiro, a desaceleração da China tem afetado mais os países da América do Sul que são exportadores dos produtos básicos que essa economia tem demandado, e este efeito poderia aumentar, especialmente em caso de que se reflita em uma contribuição menor do investimento ao crescimento nesse país. No entanto, a maior parte dos países da América do Sul conta com algum espaço fiscal que poderia reverter o efeito contrativo da menor demanda externa, ao menos em 2013.

Segundo, o relativo dinamismo da economia estadunidense, ameaçado por um ajuste fiscal que poderia reduzir seu crescimento em 2013, favoreceu, em maior medida, o México, os países centro-americanos e os do Caribe que destinam altas proporções de suas exportações de bens e serviços (principalmente de turismo) a essa economia. Neste caso, o menor espaço fiscal dos países centro-americanos e do Caribe para compensar, ainda que parcialmente, eventuais ajustes extremos nos Estados Unidos evidencia sua vulnerabilidade frente à política econômica estadunidense.

Terceiro, a recessão na Europa teve maior impacto em algumas economias da América do Sul, como Brasil, Chile e Uruguai, além de favorecer alguma instabilidade dos mercados financeiros; mas estes países também poderiam reduzir, transitoriamente, a incidência destes fatores externos negativos. Nesse sentido, a maioria dos países da região está realizando um esforço integrado no âmbito da política monetária, cambial e macroprudente para reduzir os efeitos da volatilidade financeira internacional. Os preços do petróleo relativamente altos em 2012, por sua vez, permitiram um desempenho favorável dos exportadores de hidrocarbonetos da região e alguns deles também dispõem de algum espaço fiscal para amortecer transitoriamente os efeitos negativos de uma redução de preços destes produtos.

Na medida em que os processos políticos descritos só tenham um êxito parcial, continuará fazendo-se notar a instabilidade financeira, o reduzido dinamismo do comércio internacional e as pressões que favorecem a apreciação cambial de economias emergentes e em desenvolvimento, porém se os países da região puderem aplicar políticas contracíclicas, os efeitos negativos poderão moderar-se. Contudo, se estes processos políticos nos países desenvolvidos fracassarem e a desaceleração da China se intensificar, poder-se-ia contemplar outro cenário de severa contração e de consequências similares à grande recessão de 2009 que, no caso se combinar-se com uma crise do petróleo, pioraria seriamente o panorama previsto mesmo quando houvesse alguma capacidade de resposta contracíclica por parte da maioria dos países da região.

Embora o crescimento da região venha se desacelerando, a maioria dos países mantém seu dinamismo e seu crescimento

A deterioração da economia internacional após a crise de 2009, a partir do segundo semestre de 2011 se traduziu em desaceleração da atividade econômica na América Latina e no Caribe, mas durante o primeiro semestre de 2012, em vários países, esta desaceleração não manteve o ritmo observado, pelo que as previsões permitem concluir que o segundo semestre deste ano poderia estabilizar-se em um ritmo similar ao do primeiro semestre de 2011. Este crescimento moderado tem se mantido graças à expansão do consumo, embora naqueles países com maior dinamismo também tenha havido aportes do investimento (especialmente em construção) e, num grupo muito reduzido, das exportações líquidas, apesar da contração do comércio mundial. Como resultado disso, numerosos países sul-americanos e centro-americanos, além do México, teriam em 2012 taxas de crescimento do PIB similares ou levemente inferiores às de 2011. Este crescimento entre 3,5 e 5,5%, baseado principalmente em consumo e, em menor medida, em investimento, tem se refletido em maior atividade dos setores não transáveis, como o comércio interno e a construção, e em um menor dinamismo de setores transáveis, como a indústria.

No entanto, a Argentina e o Brasil, que têm um peso considerável no PIB ponderado da região, tiveram taxa de crescimento muito menor que a dos demais países, o que explicaria, em grande medida a redução da taxa de crescimento da região em 2012, de 3,2%, em contraste com a de 4,3% registrada em 2011. A desaceleração observada no último semestre de 2011 em todos os países latino-americanos foi mais acentuada no Brasil e recém no começo do segundo semestre de 2012 começaram a serem notados alguns sintomas de reativação. Na Argentina, a desaceleração foi mais pronunciada no primeiro semestre de 2012 e é possível que continue durante o resto do ano. O Paraguai resulta ser um caso especial porque parte de sua produção de soja, principal produto de exportação, foi perdida por fatores climáticos. A situação dos países do Caribe de língua inglesa e holandesa difere da do resto da região, já que se recuperaram de maneira mais lenta da crise financeira mundial de 2009; embora a recuperação tenha sido mais gradual, também foi constante, com uma taxa de crescimento prevista para 2012 de 1,7%, depois de haver crescido apenas 0,4% em 2011. Entre estes países, as economias dependentes de recursos naturais, como Suriname e Guiana, tiveram um desempenho mais favorável do que as que dependem majoritariamente do turismo.

Para 2013 não se contempla uma recuperação ou desaceleração generalizada, mas uma continuação da tendência levemente descendente do crescimento da maioria dos países sul-americanos, mais dependentes das exportações de produtos básicos para a China, e um crescimento similar ao do ano anterior no caso do México e dos países centro-americanos. No Caribe se espera que a recuperação continue a um ritmo pausado, com taxas de crescimento levemente superiores para os países mais dependentes do turismo. Entretanto, no caso da Argentina e do Brasil, depois do forte queda da atividade em 2012, prevê-se para 2013 alguma recuperação, que contribuiria para o aumento da taxa de crescimento prevista para a região nesse ano, de 4,0%, superior aos 3,2% de 2012.

Quadro I
TAXAS DE VARIAÇÃO DE PRODUTO INTERNO BRUTO TOTAL
(Em milhões de dólares a preços constantes de 2005)

País	2010	2011	2012	2013
Argentina	9,2	8,9	2,0	3,5
Bolívia (Estado Plurinacional da)	4,1	5,2	5,0	4,5
Brasil	7,5	2,7	1,6	4,0
Chile	6,1	6,0	5,0	4,8
Colômbia	4,0	5,9	4,5	4,5
Costa Rica	4,7	4,2	5,0	4,0
Cuba	2,4	2,7	3,0	3,0
Equador	3,6	7,8	4,5	4,5
El Salvador	1,4	1,5	2,0	2,0
Guatemala	2,9	3,9	3,5	3,5
Haiti	-5,4	5,6	6,0	7,5
Honduras	2,8	3,6	3,2	3,0
México	5,6	3,9	4,0	4,0
Nicarágua	4,5	4,7	5,0	5,0
Panamá	7,6	10,6	9,5	7,0
Paraguai	13,1	4,4	-2,0	5,0
Peru	8,8	6,9	5,9	5,5
República Dominicana	7,8	4,5	4,5	4,5
Uruguai	8,9	5,7	3,5	4,0
Venezuela (República Bolivariana da)	-1,5	4,2	5,0	3,0
Subtotal América Latina	6,1	4,3	3,2	4,0
Antígua e Barbuda	-7,9	-5,0	2,3	2,6
Bahamas	0,2	1,6	2,5	2,7
Barbados	0,2	0,6	1,0	1,5
Belize	2,9	2,5	2,4	2,5
Dominica	0,9	-0,3	2,6	2,6
Granada	0,0	1,0	1,9	2,2
Guiana	4,4	5,4	3,8	4,5
Jamaica	-1,5	1,3	1,0	1,3
São Cristóvão e Névis	-2,4	2,1	1,0	1,8
São Vicente e Granadinas	-2,8	0,1	1,8	2,0
Santa Lúcia	0,4	1,3	2,3	2,5
Suriname	7,3	4,5	4,3	4,0
Trinidad e Tobago	0,0	-1,4	1,0	2,2
Subtotal Caribe	-0,1	0,4	1,6	2,2
América Latina e Caribe	6,0	4,3	3,2	4,0
Memo:				
América Central (9 países)	4,2	4,3	4,4	4,0
América do Sul (10 países)	6,5	4,5	2,8	4,1

Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, com base em cifras oficiais.

A inflação regional mantém-se baixa, mas ameaçada pelo aumento dos preços de alguns alimentos

Durante o segundo trimestre de 2012, a inflação na América Latina e no Caribe manteve a tendência à baixa que mostrou durante o primeiro trimestre do ano; a inflação acumulada em 12 meses em junho de 2012, em média simples, foi de 5,5%, o menor valor registrado desde novembro de 2010, que poderia manter-se no resto do ano, caso as pressões surgidas do aumento de alguns produtos alimentícios não sejam excessivas. Apenas a Argentina, Trinidad e Tobago e a Venezuela (República Bolivariana da), mostraram, neste período, níveis de inflação significativamente maiores.

As condições salariais e de emprego seguem contribuindo ao crescimento da demanda interna, porém há indícios de um menor dinamismo

O aumento do emprego e a melhora de sua qualidade, bem como os salários mais elevados, continuaram contribuindo para a expansão moderada da demanda interna da região e, em particular, de seu consumo. Em primeiro lugar, para dez países dos quais se dispõe de informação trimestral, durante o primeiro semestre de 2012 a taxa de desemprego urbano caiu 0,4 pontos percentuais em relação ao mesmo período do ano anterior, de 7,2% a 6,8% da população economicamente ativa. A taxa de participação das mulheres, por sua vez, se incrementou na grande maioria dos países, e no caso dos homens, a evolução desta taxa foi mista; em muitos países o emprego assalariado continuou liderando a geração de emprego e a taxa de subemprego visível no primeiro semestre, em comparação com o mesmo período do ano anterior, caiu.

Embora em nível regional o incremento da taxa de ocupação tenha mantido seu dinamismo, nem todos os países lograram aumentar esta taxa na comparação interanual. Especificamente, na Argentina, Jamaica, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana da), este indicador mostrou um retrocesso em relação ao primeiro semestre de 2011. No importante aumento do nível do emprego regional (média ponderada) influiu o acentuado incremento do nível de emprego medido no México a partir dos últimos meses de 2011; também contribuiu o contínuo aumento da taxa de ocupação urbana observado no Brasil, apesar de um crescimento econômico débil. Além disso, em alguns países, sobretudo na Argentina, Brasil e Peru, se observam claros sinais de desaceleração da geração de emprego formal, enquanto em outros este tipo de emprego cresce com taxas relativamente estáveis.

Em segundo lugar, a evolução dos salários em uma situação de queda da taxa de desemprego ante uma taxa de inflação contida contribuiu para que, em termos reais, o crescimento dos salários do setor formal se acelerasse (na média simples de nove países) em relação aos dois anos prévios, com aumentos superiores a 3,0% no Brasil, Panamá, Uruguai e Venezuela (República Bolivariana da), e entre 2% e 3% no Chile e na Costa Rica, enquanto na Colômbia, México e Nicarágua as variações foram inferiores a 1%.

Projeta-se que, no total de 2012, as principais variáveis vinculadas ao trabalho continuem mostrando melhoras, embora de menor alcance que nos dois anos anteriores, com um incremento da taxa de ocupação de cerca de 0,4 pontos percentuais e uma nova queda da taxa de desemprego de 0,2 pontos percentuais, com o que o desemprego urbano regional alcançaria uma taxa de 6,5%. Ao mesmo tempo, caberia esperar que durante o segundo semestre os incrementos dos salários reais se atenuem, na medida em que aumentem os preços projetados de alguns alimentos —especialmente de milho e trigo— em consequência dos problemas globais de oferta causados por alguns eventos climáticos.

As exportações se desaceleraram mais que as importações e a região mantém o acesso a capitais externos

As taxas de crescimento das exportações aos Estados Unidos e à Ásia se desaceleraram nitidamente no segundo trimestre de 2012, enquanto as exportações à União Europeia experimentaram uma contração. Isto se deve principalmente à desaceleração ou contração da demanda agregada nos países desenvolvidos e à desaceleração da China, fatos que também favoreceram as quedas generalizadas dos preços dos produtos básicos de exportação da região latino-americana nos primeiros seis meses de 2012. Estas reduções afetaram principalmente os exportadores de minérios e metais e os exportadores de alimentos. O crescimento do valor das importações também registrou uma desaceleração no primeiro semestre de 2012, embora com uma taxa superior à taxa de crescimento das exportações. A taxa de

crescimento interanual das importações se desacelerou 3,3% no segundo trimestre de 2012, enquanto o valor das exportações da região registrou uma queda de 1,5% em comparação com o mesmo período do ano anterior; com base nisso pode-se projetar uma redução do superávit comercial previsto para 2012.

Ainda que durante o primeiro semestre de 2012 continuassem crescendo as remessas recebidas pelos países que têm maior número de migrantes nos Estados Unidos —como os centro-americanos e caribenhos—, em países como Equador e Colômbia, que contam com um maior número de migrantes na Europa, especialmente na Espanha, se reduziram notavelmente. Também neste lapso, houve uma recuperação do turismo em comparação com o mesmo período de 2011, com um crescimento moderado na maior parte dos países do Caribe e da América Central em particular, embora o turismo na América do Sul tenha se desacelerado.

No transcorrido do ano, as cifras estimativas assinalam que o déficit da conta corrente se manteve moderado e, embora durante o primeiro trimestre tenha havido uma leve melhoria, a desaceleração do valor das exportações no segundo trimestre determinou um déficit da conta corrente da ordem de 1,3% do PIB nesse período, que se estima alcançaria 1,9% do PIB para o ano completo. O financiamento desta brecha seria efetuado em termos similares ao ocorrido em 2011, quando o déficit da conta corrente alcançou o equivalente a 1,2% do PIB. No primeiro semestre de 2012, os componentes da conta financeira continuaram exibindo o padrão dos anos recentes, com um importante dinamismo do investimento estrangeiro direto (IED) líquido, que voltou a ocupar o principal lugar como fonte de financiamento externo, enquanto o investimento de carteira líquido foi o segundo item em importância. Tal como em 2011, no primeiro semestre de 2012 continuou-se acumulando reservas.

Prossegue a consolidação dos balanços fiscais, mesmo que com grandes diferenças regionais

O ano de 2011 caracterizou-se por apresentar, em média, um balanço fiscal mundial similar ao de 2010, com aumentos de receitas e gastos públicos na mesma proporção do PIB. As receitas totais representaram 19,7 pontos do PIB, uma proporção parecida à registrada em 2008. Para 2012 se espera, em média, uma leve melhora do balanço fiscal mundial, com receitas que seguem aumentando em linha com o PIB e gastos que tendem a moderar seu crescimento.

Para 2012, devido à deterioração dos termos de troca da maior parte de países da região, se espera um estancamento ou uma leve redução deste tipo de receitas fiscais, embora sigam representando uma proporção significativa das receitas totais. Esta média abrange situações diversas, pois na Argentina, Bolívia (Estado Plurinacional da), Equador e Uruguai a receitas fiscais totais são muito superiores aos níveis existentes antes da crise. Em contraste, no Chile, Colômbia, Peru e Venezuela (República Bolivariana da) a arrecadação é inferior.

Na sub-região centro-americana a situação é diferente, dado que tanto os gastos quanto as receitas públicas são menores como proporção do PIB, e, além disso, as receitas tributárias representam mais de 90% do total arrecadado. Com desembolsos crescentes nos últimos anos, que refletem o esforço dos países por proteger o gasto social em um entorno de menor crescimento econômico (CEPAL, 2012a), o déficit público tem se mostrado persistente. Contudo, a tendência ascendente das receitas públicas, registrada desde 2010, ajudaria a corrigir este problema em vários países da região, essencialmente como resultado de reformas tributárias e administrativas recentes (El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá).

Na sub-região do Caribe, praticamente não se registraram quedas de receitas como consequência da crise financeira internacional, mas aumentaram os gastos públicos e o déficit público se intensificou. Na grande maioria dos países, a dívida pública continua representando uma proporção bem elevada do PIB, com média superior a 70%, com exceção das Bahamas, Suriname e de Trinidad e Tobago.

Em 2011 alguns países da América Latina, como Chile, Equador, Guatemala, Haiti, Paraguai, Peru e Venezuela (República Bolivariana da), mantiveram uma dívida pública inferior a 30% do PIB; outros, como Bolívia (Estado Plurinacional da), Honduras, México e República Dominicana, se aproximaram da média regional, e os restantes (Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Nicarágua, Panamá e Uruguai) apresentaram um quociente algo superior ao indicador médio, em níveis comparativamente reduzidos. Considerando as políticas fiscais prevaletentes e as projeções de crescimento, para os próximos anos se espera que se mantenha a tendência de queda. De fato, para 2015 se espera uma média regional em torno de 30% do PIB.

Predominam escassas modificações das taxas de juros de referência e o crédito interno continua crescendo, embora com indícios de desaceleração em numerosos países

Durante o primeiro semestre de 2012, a maior parte dos bancos centrais da região manteve estável a sua taxa de referência da política monetária ou, em menor medida, a reduziu. Isto obedece tanto à tendência de desaceleração do crescimento econômico na região como de redução de pressões inflacionárias de oferta frente à estabilidade ou à queda dos preços dos produtos básicos, incluindo os alimentos, no primeiro semestre de 2012.

Em países como Argentina, Brasil, Equador, México, Peru e Uruguai, a desaceleração da taxa de crescimento do crédito vem sendo observada desde o segundo trimestre de 2010, mas nos dois primeiros trimestres de 2012 o ritmo de desaceleração se incrementou, a diferença do ocorrido no Chile e na Venezuela (República Bolivariana da), onde as taxas de incremento do crédito interno total continuam elevando-se. Nos países centro-americanos, até o primeiro trimestre de 2012 predominaram taxas de crescimento do crédito com uma inflexão, que reflete uma leve desaceleração no segundo trimestre de 2012 em vários países. Nas economias do Caribe o crédito interno também tem mostrado taxas de crescimento positivas, embora estas se mantenham em níveis relativamente baixos ao compará-las com o resto da região.

Continuam as intervenções para reduzir flutuações cambiais e se acumulam reservas internacionais

A volatilidade reinante nos mercados financeiros e a evolução dos rendimentos relativos dos países da região, em comparação com outras zonas como Europa, têm significado um processo significativo de fortalecimento nominal das moedas de alguns países da região durante os primeiros oito meses de 2012, em especial daqueles com maior grau de integração aos mercados financeiros internacionais, como Chile (7,0%), Colômbia (6,6%) e México (4,5%). No entanto, entre dezembro de 2011 e agosto de 2012 as moedas se depreciaram em termos nominais em outro grupo de países, destacando-se os casos do Brasil, Argentina e Uruguai, onde a depreciação nesse período foi de 10,1%, 7,5% e de 6,6%, respectivamente. Os processos de depreciação refletem os efeitos de fatores como as perspectivas de menor crescimento, a queda de preços de exportações-chave para a região, como minério de ferro, as reduções das taxas de juros e a introdução de normas macroprudentes para desestimular a entrada de capitais de curto prazo.

A volatilidade cambial, que poderia manter-se no que resta do ano, também tem ocasionado que muitos bancos centrais da região intervenham ativamente nos mercados cambiais, e no primeiro semestre de 2012 esta tendência foi mantida, com algum predomínio da compra de divisas, o que poderia ser interpretado como uma tendência maior de evitar a apreciação do que a depreciação das moedas. Nos primeiros seis meses de 2012, as compras de divisas no Brasil, Colômbia e Peru superaram os níveis observados no último semestre de 2011. Na Argentina, produto das medidas cambiais adotadas no começo de 2012, a ação líquida do banco central no mercado cambial passou a ser positiva, e as compras líquidas representaram 15,7% das reservas da entidade. Em contraste com os países anteriores, no Haiti, Honduras e Paraguai, as intervenções tomaram a forma de vendas líquidas por parte dos bancos centrais por volumes que representaram proporções significativas do total das reservas desses países.

II. AS POLÍTICAS ADOTADAS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE ANTE AS ADVERSIDADES DA ECONOMIA INTERNACIONAL (EM 2008-2012)

Três momentos-chave

Nos últimos anos a região da América Latina e Caribe enfrentou três tipos de choques externos adversos, aos que os governos responderam com diversas políticas e medidas; a experiência obtida nessa situação pode ser útil atualmente, quando se enfrenta uma deterioração da economia internacional. Estes momentos-chave incluem: i) o aumento dos preços de alimentos e dos combustíveis em 2008, a culminação de um auge prolongado de altos preços de produtos básicos de exportação, que se havia iniciado em 2003; ii) a crise financeira mundial, que teve suas maiores consequências entre setembro de 2008 e finais de 2009, e iii) a incerteza internacional e a desaceleração do crescimento econômico mundial a partir do segundo semestre de 2011.

Tem predominado a natureza contracíclica da política fiscal ante as adversidades da economia mundial

Entre 2003 e 2012 a política fiscal na maior parte de países da América Latina e do Caribe se ajustou à natureza do ciclo econômico em que se encontrava a região e teve quatro orientações gerais: i) a geração de superávits primários e a redução da dívida pública entre 2003 e 2008, previamente às adversidades externas do período 2008-2009; ii) a reorientação do gasto e dos impostos para evitar os efeitos regressivos do aumento de preços em 2008; iii) a estabilização da demanda interna mediante o aumento do gasto público em 2009; e iv) o início de reformas fiscais, pelo lado das receitas e do gasto, para consolidar as finanças públicas a partir de 2010.

A reorientação de gastos e de impostos de 2008 incluiu, no lado das receitas, a redução de impostos incidentes sobre o consumo ou sobre a importação de alimentos, subsídios para transporte e energia e para ajuda alimentar, créditos preferenciais para fomentar a produção agropecuária e a compra direta de alimentos por parte do setor público, em alguns casos. Resulta difícil avaliar seu impacto devido a que, como consequência da crise, a partir de setembro de 2008 houve uma repentina redução dos preços dos alimentos e dos combustíveis, que reverteu o fenômeno que se pretendia enfrentar e deixou evidente sua extrema volatilidade e a conveniência de políticas de gestão dos riscos associados à insegurança alimentar.

A geração de superávits primários antes da crise facilitou à América Latina a implementação de políticas fiscais contracíclicas em 2009 mediante um aumento do gasto que não se ajustou mecanicamente ante a redução de receitas fiscais ocorrida esse ano. As iniciativas se concentraram em aumentos do investimento em infraestrutura, planos de moradia, programas de apoio às pequenas e médias empresas e uma ampla gama de programas sociais. Os atrasos na formulação e na aprovação legislativa de projetos de investimento e os diversos problemas de capacidade de implementação postergaram a execução de investimentos em alguns países, enquanto as respostas no âmbito do gasto social foram mais ágeis.

A menor atividade econômica e a queda dos preços de produtos básicos de exportação e de importações que geravam recursos fiscais tiveram um efeito contracíclico automático, ao reduzir os tributos aplicáveis durante a recessão. Neste contexto os governos também impulsionaram modificações dos impostos sobre a renda e as vendas, que incluíram a diminuição de alíquotas, devoluções antecipadas e deduções. Flexibilizaram-se as restrições fiscais aplicáveis a autoridades subnacionais e vários governos moderaram as metas do superávit primário, ao mesmo tempo em que numerosos países acudiram à banca regional e multilateral de desenvolvimento para financiar o maior gasto público ante a redução de receitas. Em síntese, e embora houvesse variações entre países, aproveitou-se o espaço fiscal gerado previamente, por um lado, e, por outro, o endividamento público foi mantido dentro de limites que, em geral, não ameaçavam a sustentabilidade fiscal.

O resultado fiscal da região (em média simples) passou de -0,5% do PIB em 2008 a -2,9% em 2009, caindo novamente para -1,8%, em 2010. Em 2009 as ações pelo lado do gasto parecem haver tido maior impacto do que os estímulos promovidos mediante a redução de impostos, não só por sua magnitude mas também porque incidiram de maneira mais direta sobre o consumo num momento em que existia o perigo de contração severa da demanda agregada e quando a incerteza impedia que o setor privado, apesar de contar com diversos estímulos e incentivos, pudesse aumentar seus investimentos. O investimento fixo bruto da região, que havia registrado uma expansão continuada entre 2003 e 2008 (de 16,8% do PIB a 22,1% do PIB) diminuiu a 20,5% do PIB, mas posteriormente se recuperou. Em 2012 a maior parte dos países da região, com a notável exceção dos países do Caribe de língua inglesa e de alguns da América Central, também havia conseguido recuperar parte do espaço fiscal utilizado durante a crise, embora continuasse sendo mais reduzido do que o que existia anteriormente.

Fortaleceu-se a orientação monetária contracíclica, a flexibilidade cambial e novas práticas da política macroprudente em um crescente número de países

Na maioria dos países da América Latina e Caribe, os momentos adversos ocorridos entre 2008 e 2012 se enfrentaram mediante: i) uma combinação de políticas monetárias restritivas e apreciações cambiais frente ao incremento dos preços dos alimentos e dos combustíveis em 2008; ii) aumentos da liquidez, reduções da taxa de juros de referência, e depreciações cambiais orientadas a diminuir o impacto da crise financeira mundial em 2009; e iii) uma política monetária e cambial cautelosa a partir do segundo semestre de 2011, combinada com uma crescente implementação de políticas macroprudentes. Em 2008 prevaleceu o aumento da taxa de juros de referência ou a desaceleração do ritmo de crescimento dos agregados monetários para atenuar o efeito, especialmente indireto, da subida de preços dos alimentos e dos combustíveis. Isto se combinou, em alguns casos, com processos de apreciação cambial que reduziram a incidência de pressões inflacionárias de origem externa, ao baixar o preço dos produtos importados.

Durante a crise financeira mundial, numerosas autoridades monetárias facilitaram o aumento da liquidez em cada país, e se realizaram *swaps* de liquidez de países-chave da região (Brasil, Colômbia e México) com a Reserva Federal dos Estados Unidos para evitar que os sistemas financeiros nacionais

enfrentassem situações de insolvência ante a interrupção do acesso a recursos externos. Várias moedas se depreciaram e se adotou modificações na regulação financeira, nas provisões e nos requerimentos de capital, para evitar que uma eventual deterioração da carteira de crédito das instituições bancárias afetasse sua solvência, o que se logrou com êxito. No entanto, a redução da taxa de juros de referência não teve um efeito significativo na base monetária nem em outros agregados monetários, e o crédito outorgado por entidades privadas se desacelerou ou sofreu contrações, frente a que, em vários países (entre os quais se destacam os casos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil e da Corporação de Fomento da Produção (CORFO) do Chile), se acudiu a instituições públicas para outorgar crédito, o que compensou parcialmente o menor dinamismo do crédito privado.

A partir de 2010, um número crescente de governos da região adotou uma série de medidas macroprudentes tendentes a desestimular a entrada de capitais de curto prazo, que incluíram o incremento dos depósitos compulsórios em moeda estrangeira, especialmente com prazos inferiores a um ano, além de impostos aos ganhos cambiais obtidos por estrangeiros na compra e venda de ativos internos. Alguns governos tomaram medidas para reduzir a oferta de divisas no mercado cambial, incluindo a intervenção direta e o oferecimento de opções para o pagamento de impostos e outras obrigações fiscais em moeda estrangeira. Com a desaceleração da economia mundial a partir da segunda metade de 2011, reforçou-se a adoção de uma política monetária cautelosa, com menores variações e algumas reduções da taxa de juros de referência, enquanto prosseguia a acumulação de reservas internacionais para moderar pressões intermitentes de apreciação cambial ou para dispor de um mecanismo de segurança frente à incerteza da economia mundial.

As políticas de trabalho e as sociais se reforçaram durante a fase de maior auge da crise

As políticas de trabalho e sociais estiveram orientadas fundamentalmente a: i) atenuar o impacto do aumento dos preços dos alimentos sobre as rendas dos domicílios mais vulneráveis em 2008 e ii) proteger o emprego durante a crise, entre setembro de 2008 e fins de 2009. Entre 2010 e 2012, o número de medidas adicionais implementadas foi menor, já que se havia conseguido uma melhora na geração de emprego e nos salários graças à reativação econômica.

Com o objetivo de diminuir a incidência negativa da alta de preços dos alimentos e dos combustíveis, os governos acudiram principalmente a transferências dirigidas aos mais pobres, subsídios e controles de preços e programas de distribuição de alimentos. O aumento dos salários mínimos, em vários países, também evitou reduções dos salários reais. Devido a que a alta de preços dos combustíveis e dos alimentos se reverteu, o incremento dos salários reais contribuiu para moderar a redução do consumo como consequência da recessão e favoreceu um maior nível de atividade econômica na região durante a crise de 2008 e 2009. Além disso, para proteger o emprego durante a crise, se reforçaram antigos programas e se criaram outros novos que incluíam a redução da jornada de trabalho, esquemas de capacitação, a diminuição das contribuições dos empregadores à seguridade social para baixar os custos laborais, programas de emergência para gerar emprego, a ampliação do acesso a seguros de desemprego ou sua prolongação, e a criação ou extensão de subsídios para a contratação de jovens. Os programas de transferências condicionadas se ampliaram ou se estabeleceram durante este período; também, em alguns países se introduziu uma pensão básica não contributiva, se fortaleceram os programas de apoio alimentar e se entregaram bônus a pessoas ou domicílios vulneráveis.

Entre 2008 e 2012 houve uma alta variabilidade de políticas comerciais e setoriais

Com variações entre países, as políticas comerciais e setoriais incluíram principalmente: i) a redução de tarifas e o apoio ao setor agropecuário em 2008, ii) a diminuição transitória de impostos (incentivos fiscais) e o estabelecimento de condições financeiras favoráveis especialmente para a moradia

e às pequenas e médias empresas em 2009 e iii) incentivos e proteção industrial em diversos países, entre 2011 e 2012.

A fim de estimular a produção de alimentos, os governos impulsionaram condições de crédito favoráveis para a agricultura e termos preferenciais de acesso para insumos como máquinas agrícolas, água, sementes e fertilizantes, que, em alguns casos, se tornaram programas permanentes, e em outros, se aplicaram cotas às exportações de determinados produtos (milho, trigo, carne bovina e arroz), que posteriormente foram retiradas. Para enfrentar a crise, vários governos reduziram, geralmente de maneira transitória, as tarifas aplicáveis a importações de bens de capital ou de insumos em setores-chave como o automobilístico, o turístico ou o agropecuário, se estabeleceram condições de crédito e incentivos fiscais transitórios para exportadores ou para a aquisição de moradias ou de alguns bens duráveis (incluindo automóveis), com políticas de fomento que adquiriram uma dimensão de mais longo prazo no caso das pequenas e médias empresas —especialmente das exportadoras— e da moradia, além de outras medidas pontuais que variaram de um país a outro. Além destas medidas permanentes, a partir de 2011 as autoridades de alguns países efetuaram tomaram outras medidas, que incluíram um aumento da proteção industrial aplicada pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ou por alguns de seus membros individualmente, além de outros estímulos e programas de aumento do investimento com garantias ou com recursos públicos.

Desafios futuros da política macroeconômica da América Latina e do Caribe

A análise da evolução do investimento na América Latina e no Caribe demonstra que esta tem sido especialmente vulnerável a choques externos (como assinalado no capítulo III) resultantes de variações dos termos de troca e das correntes de capital, e que um processo sustentado e relativamente estável de crescimento requer um conjunto de medidas de política macroeconômica e setorial para estabilizar a trajetória de crescimento do emprego, do investimento e do produto (CEPAL, 2012). A experiência da região em matéria de políticas aplicadas frente a cenários externos adversos sugere que seria conveniente impulsionar uma política macroeconômica que contribua a estabilizar a trajetória de maior crescimento, investimento e emprego (estabilização real e não apenas nominal) adotando quatro medidas apresentadas a seguir:

- i) adaptar as políticas macroeconômicas à natureza do choque (mais gradual atualmente do que em 2009) e aos mecanismos de propagação de cada país;
- ii) determinar os limites (espaço fiscal, restrição externa, pressões inflacionárias) que condicionam as políticas macroeconômicas;
- iii) assegurar um enfoque de estabilização real integrado, com coordenação das políticas fiscais, monetárias, cambiais e macroprudentes, e
- iv) integrar a política estabilizadora do ciclo (especialmente a gestão da demanda agregada interna: consumo, investimento e exportações líquidas) com outras políticas que incidem na oferta e na demanda externas, como a política industrial, a laboral e a comercial.

Com algumas exceções, os países dispõem de espaço fiscal para enfrentar cenários adversos, o que pode ser particularmente importante para as economias mais afetadas pela desaceleração de China, se a demanda externa se contrai em forma extrema. No entanto, uma política fiscal contracíclica discricionária teria um alcance limitado num cenário de lento crescimento por um período prolongado. No caso dos países com menor espaço fiscal, seria fundamental o aporte dos organismos financeiros regionais

e multilaterais para facilitar um processo gradual de implementação de reformas fiscais orientadas a alcançar uma trajetória fiscal sustentável.

Com uma perspectiva de mais longo prazo, seria conveniente fortalecer os estabilizadores fiscais automáticos (impostos progressivos, de base ampla, que se reduzem mais do que proporcionalmente ante uma recessão e que contribuem para a igualdade, seguros de desemprego e programas sociais compensatórios desencadeados por determinados indicadores). A partir do forte vínculo que pode existir entre a política fiscal e a laboral, seria conveniente prestar atenção à proposta de avançar na adoção de sistemas não contributivos de proteção social que possam ser financiados com recursos tributários e estimular a formalização do emprego ao reduzir seus custos. É indispensável lograr uma sólida articulação entre as políticas fiscal, laboral e social para dar ao conjunto da política pública uma orientação favorável à igualdade. A política comercial, ao favorecer o acesso aos mercados mais dinâmicos, como os da Ásia-Pacífico e da América Latina e Caribe, também podem contribuir para fortalecer um crescimento mais estável e sustentado da região.

O estabelecimento de regras fiscais requer o cumprimento de requisitos estritos, que incluem a estabilidade, a credibilidade, governos subnacionais solventes, um acordo ou pacto fiscal para que as regras sejam duradouras e flexibilidade orçamentária; com o fim de cumprir estes requisitos, na maioria dos países, é necessário contar com um enfoque gradual que permita avançar neste sentido. Em particular, uma regra estrita de balanço estrutural pode ser contraproducente ao tornar ainda mais rígidos os orçamentos que, em consequência de normas legais que estabelecem de antemão o destino do gasto público, limitam seriamente as possibilidades de implementar uma política fiscal contracíclica ágil.

Por outro lado, ante o atual entorno externo adverso, a cautela tem caracterizado a condução da política monetária, cambial e macroprudente, embora a redução da taxa de juros de política em alguns países em 2012 sugira que a política monetária possivelmente assumira, na maioria de países, um papel contracíclico mais ativo no futuro imediato, aproveitando sua maior flexibilidade como instrumento de curto prazo (não sujeita à aprovação legislativa prévia) do que no caso da política fiscal contracíclica. Seria conveniente considerar os limites que enfrenta a redução da taxa de juros como facilitadora de investimentos em situações incertas, bem como a importância de contar com uma institucionalidade financeira pública que possa contribuir a processos de reativação econômica em momentos de grande incerteza. Neste sentido, a banca pública de desenvolvimento e os mercados de capitais, adequadamente regulados, estão convocados a ativar e a reorientar o crédito e a poupança para favorecer investimentos que sejam o eixo de uma mudança estrutural para a igualdade, com atenção especial às pequenas e médias empresas (CEPAL, 2012). Também deve assegurar-se que o investimento público tenha um papel catalisador no conjunto do investimento, principalmente daquele que incorpora inovações e gera exportações com crescente valor agregado.

As lições aprendidas em matéria de política cambial na América Latina e no Caribe sugerem ser necessário evitar que a taxa de câmbio seja a única ou a principal variável de ajuste ante desequilíbrios internos ou externos (em particular, quando estes últimos estão associados a flutuações de fluxos de capitais ou dos termos de troca). A regulação das entradas de capital de curto prazo, especialmente por meio de regulações macroprudentes que desestimulem as atividades financeiras especulativas, deveria formar parte da solução. Por sua vez, ao implementar uma política de gestão das reservas internacionais de acordo com o objetivo cambial, por sua vez, especialmente para evitar um viés em contra dos setores transáveis, se deveria levar em consideração não só seus possíveis efeitos positivos, mas também os custos de acumular reservas —custo de oportunidade e custos de esterilização—. A crescente implementação de medidas macroprudentes e de gestão de reservas internacionais para administrar a conta de capitais e estabilizar a taxa de câmbio sugere a necessidade de integrar progressivamente a

política macroeconômica com o fim de assegurar um crescimento estável da renda, do emprego e do investimento, como parte de um processo de mudança estrutural. Esta orientação da política macroeconômica significaria que a política monetária e a cambial não teriam que centrar-se exclusivamente no controle da inflação (estabilidade nominal), requereria mais instrumentos para incidir de maneira mais direta em diversos agregados monetários ou nos passivos e ativos em moeda nacional e estrangeira, e teriam que estar coordenadas com outras políticas, incluindo a política fiscal e as políticas setoriais. Isso deveria contribuir não só para um crescimento mais estável, como também para reduzir a heterogeneidade estrutural e favorecer a igualdade.

Respostas e desafios regionais ante a adversidade externa

A discussão das respostas internacionais ante a deterioração da economia mundial, especificamente em relação com a arquitetura financeira internacional, tem incluído o reconhecimento explícito do papel que devem assumir as instituições regionais como complemento das instâncias financeiras internacionais. Diversas instituições regionais impulsionaram novas iniciativas frente à situação adversa da economia internacional entre 2008 e 2012, que incluem: i) a resposta contracíclica de alguns bancos regionais de desenvolvimento, especialmente da CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o que contribuiu a complementar a política fiscal contracíclica adotada por vários países em 2009; ii) a introdução ou discussão de novos instrumentos para facilitar o comércio intrarregional, como o sistema de pagamento em moedas locais entre a Argentina e o Brasil e o Sistema Unitário de Compensação Regional de Pagamentos (SUCRE), e a avaliação de possíveis modificações ao Sistema de Pagamentos e Créditos Recíprocos da ALADI; iii) modificações no Fundo Latino-Americano de Reservas (FLAR) que, embora não tenha tido um papel significativo na crise de 2008 e 2009, permitiu apoiar alguns países da região em crises financeiras anteriores, e iv) a criação ou o fortalecimento de instâncias de cooperação para o intercâmbio de informação e a formulação de diretrizes compartilhadas por parte de autoridades da fazenda ou monetárias.

Entre os desafios desta institucionalidade ou arquitetura financeira regional, estariam os seguintes: i) reforçar o papel dos bancos regionais de desenvolvimento na provisão de financiamento contracíclico e na elaboração de instrumentos de gestão de riscos, o que seria fundamental para as economias com menor folga fiscal e externa e, ainda, para financiar bens públicos regionais como os investimentos destinados a enfrentar a mudança climática; ii) assegurar a existência de sistemas de pagamentos que reduzam os custos de transação do comércio intrarregional, como o manejo do risco cambial associado à compensação entre bancos centrais; iii) reduzir os custos das estratégias de respaldo em matéria de reservas mediante fundos regionais de reserva fortalecidos, incluindo a capitalização do FLAR por meio da ampliação do número de membros, com o fim de criar novos instrumentos, em melhores termos, tanto para apoiar em casos de crise quanto para favorecer o desenvolvimento de mercados de capitais regionais, especialmente de mercados de dívida, e iv) fortalecer a cooperação em termos de políticas públicas na região, favorecendo instâncias como os fóruns de autoridades da fazenda e monetárias para contribuir à cooperação técnica Sul-Sul, as posições compartilhadas e a gestão conjunta de conflitos de origem econômica.

